

Divisão de Minas será votada hoje

A polêmica em torno da criação do estado do Triângulo, a partir da divisão de Minas Gerais, que mobilizou o Governo e o povo mineiro, está perto de seu desfecho. Sem acordo, a proposta que define a realização de um plebiscito para apontar se o Triângulo será emancipado ou não, entra em votação hoje ou amanhã na Constituinte. Os defensores do Triângulo dizem contar com 60 por cento dos votos de deputados e senadores, mas não estão certos da vitória, pois temem o fantasma da falta de quorum. Já os que querem manter Minas unida apostam ter nada menos do que 75 por cento do plenário ao seu lado — e estão certos da vitória. Os dois grupos, porém, jogarão as últimas cartadas a partir de hoje, quando começam a chegar a Brasília caravanas de mineiros e de triangulinos.

A previsão do gabinete do deputado Chico Humberto (PDT/MG), um dos autores da proposta de divisão, é de que vários ônibus estarão chegando à cidade a partir da manhã de hoje. "Se não der para entrar nas galerias, faremos um corredor polonês no caminho entre os gabinetes e o plenário", avisou um assessor do deputado. Segundo ele, os defensores do Triângulo provavelmente estarão em menor número que os defensores da manutenção da unidade de Minas, pois cada um virá por conta própria. O prognóstico no gabinete de Chico Humberto é de que a proposta só tem chances de passar se pelo menos 500 constituintes estiverem em plenário. "Se não der, o que é muito provável, a briga vai continuar", explicou o assessor. De qualquer maneira, os que querem a emancipação do "nariz" de Minas estão tranquilos. Mesmo que a proposta de plebiscito seja rejeitada, já existe um dispositivo no projeto de Constituição que per-

mite, em curto prazo, a divisão do estado, através de autorização do Congresso e de plebiscito junto à população interessada, no caso, apenas a do Triângulo.

O deputado Mário Assad (PFL/MG), que é contra a divisão do estado, não tem qualquer dúvida: "O plenário não aprova o plebiscito, porque a ninguém é dado o direito de atentar contra a unidade de Minas Gerais". Assad, como os outros deputados mineiros contrários à criação do Triângulo, desenvolveu um lobby particular, a fim de convencer colegas a rejeitarem a proposta divisionista. "Tenho aqui uma lista de 140 constituintes que eram favoráveis à divisão. Conversei com cerca de 100. Convençi pelo menos 40", disse, sem, entretanto, apresentar a lista. "Sou mineiro", justificou. O deputado está certo de que "virá muita gente para acompanhar a votação, pois essa questão empolgou todo o Estado".

No escritório do governo de Minas em Brasília, também estão adiantados os preparativos para acompanhar a votação da proposta da divisão. O professor Viana de Assis, que coordena os trabalhos pró-união, em Brasília, prevê que virão mais de 30 ônibus dos principais municípios do Estado, inclusive os que se encontram na região do Triângulo. Já na manhã de hoje começarão a chegar a Brasília representantes do "segmento produtivo" de Minas — empresários, agricultores e comerciantes —, além do próprio governador.

Para o deputado Paulo Delgado (PT/MG), que vota contra a emancipação do Triângulo, tanta movimentação pode ter efeito negativo. O deputado entende que a presença do governador de Minas no Congresso, poder-se-á fazer com que alguns parlamentares votem a favor da divisão.

A geografia sempre foi um importante determinante na formação histórica do estado de Minas Gerais. A organização de suas fronteiras, a formação econômica e até alguns traços marcantes da sua cultura foram forjados em várias regiões, cada uma com características peculiares.

Minas no entanto precisa desta heterogeneidade para garantir a longo prazo um crescimento estável. A soma dos opostos é absolutamente necessária para, no plano econômico, diversificar a matriz industrial e evitar o que, em 1963, o Diagnóstico de Economia Mineira chamava de "perda de substância", ou seja, a exportação de matéria-prima não transformada com a consequente perda de valor adicionado. Dividir Minas é seccionar seu destino e impedir que o estado cumpra uma importante missão na divisão regional do trabalho no território brasileiro.

Diferenças geográficas internas não são uma exclusividade de Minas. Disparidades inter-regionais são traços marcantes das economias de mercado principalmente nos estádios iniciais do desenvolvimento industrial. No entanto, o isolamento regional mineiro e a economia de um só produto tem moldado fortemente a história política do estado e estimulado vários movimentos separatistas.

A intensa articulação da região nordeste (Montes Claros, Pirapora) com a Bahia fez com que, até 1750, esta região fosse administrada em Salvador. Em 1870, o Triângulo tentou separar-se de Minas e unir-se a São Paulo. Em 1873 o próprio imperador apoiou um movimento separatista no Sul de Minas. Em 1862, 1868 e 1884 o Sul tentou criar uma nova província chamada Minas do Sul. Somente após a república com a descentralização do poder político diminuíram os movimentos separatistas que segundo o brasileiro John Wirth ficaram abafados por uma coesão eclética de interesses bem maior do que os interesses particulares locais. Não ficou abafado no entanto, o crescimento de Minas como

fonte de matéria-prima para o modelo agroexportador brasileiro.

Primeiro foi o ouro. Depois, desastre e desolação. Segundo o café e finalmente o minério de ferro. Cada fase perfeitamente encapsulada sempre em uma região com pequenas consequências para o desenvolvimento do resto do território. Mesmo no início do processo de industrialização a economia do estado continuou frágil e dependente dos mercados consumidores do Rio e São Paulo. A expansão do setor industrial ficava subordinada aos estímulos originados em outras regiões e, portanto, altamente vulnerável. Somente no início da década de 70 com a política gestada no governo Israel Pinheiro e implementada por Rondon Pacheco cresceu e diversificou-se a economia mineira com a explosão do setor eletro-eletrônico no Sul de Minas e a agroindústria no Triângulo.

Cada região de Minas cumpriu um papel diferente na história do estado. Todas tiveram seus dias de riqueza e declínio. Os beneficiários nunca se encontravam em território mineiro. Foram a coroa portuguesa, o capital mercantilista e as indústrias de bens de capital localizadas no eixo Rio-São Paulo.

A história mineira é marcada pela desunião regional, uma grande força centrífuga; puxa o Sul de Minas e o Triângulo para São Paulo, a Zona da Mata para o Rio, o Noroeste para Goiás e o Nordeste para a Bahia. O amadurecimento da economia, a partir da década de 70, permitiu iniciar uma integração setorial, ampliar os efeitos multiplicadores dentro do território, criar maior estabilidade e promover a integração regional. Separar o Triângulo é limitar esta possibilidade e adiar o futuro.

O espírito de Minas é marcado pela diferença. A esperança é unir os desiguais. Fazer com que a soma das partes seja maior do que o todo. Conciliar os interesses, aparentemente, irreconciliáveis.

Mais um Estado em Minas é menos.

Ricardo Pinheiro Penna é PhD em Planejamento Regional pela Universidade de Cornell, USA

28 JUN 1988

CORREIO BRASILENSE

Recurso para o Tribunal Superior do Trabalho

ARION SAYÃO ROMITA

Bem andará a Assembléia Nacional Constituinte se, no segundo turno de votação, suprimir o texto que restringe as possibilidades de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho às hipóteses de ofensa à letra da lei ou da Constituição. Segundo a sistemática processual em vigor, cabe recurso para o Tribunal Superior do Trabalho também por divergência jurisprudencial, mesmo que ela ocorra entre turmas do mesmo Tribunal Regional.

Caso prevaleça o texto aprovado no primeiro turno, grandes inconvenientes surgirão para trabalhadores, empresários e advogados em todo o País, já que no futuro, a lei ordinária deverá criar um instrumento de uniformização in-

terna da jurisprudência dos Tribunais Regionais divididos em turmas, retardando ainda mais o andamento das reclamações trabalhistas.

A restrição instituída pelo Projeto de Constituição votado em primeiro turno acarretará sobrecarga de trabalho jurisdicional nos Tribunais Regionais, indesejável sob todos os aspectos. A tarefa de uniformizar a jurisprudência cabe ao Tribunal Superior do Trabalho.

A previsão restritiva constante do projeto deve ser, portanto, suprimida. A sugestão é viável pois, como se sabe, no segundo turno de votação, admitem-se emendas supressivas.

Arion Sayão Romita é professor de Processo do Trabalho e advogado no Rio de Janeiro